



USP ESALQ – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Jornal de Piracicaba

Data: 02/06/2018

Caderno/Link: Pág. R2

Assunto: Economia em pauta

PERSONA

com **Bruno Pissinato**

Economia em pauta

Diante da paralisação/greve dos caminhoneiros nos últimos dias, economista fala sobre atual situação do país

Natália Marin

natalia.marin@jornal.usp.br

Sabrina Franzoi

sabrinafranzoi@jornal.usp.br

Diante das incertezas quanto aos índices econômicos do Brasil devido à paralisação/greve dos caminhoneiros nos últimos dias e do pedido de demissão de Pedro Parente do cargo de presidente da Petrobras, o economista Bruno Pissinato, professor de economia da Unimep (Universidade Metodista de Piracicaba), em entrevista para esta seção Persona do caderno **Arraso**, falou sobre a situação atual do país, comentando os impactos iniciais do movimento dos motoristas de caminhões na nação verde e amarela, o preço dos combustíveis e a influência da moeda internacional. Nascido em 20 de junho de 1985, Pissinato é o filho primogênito de José Antonio Pissinato e Sandra Massarico Pissinato. Natural de Tietê (SP), Bruno tem graduação em Ciências Econômicas pela ESALQ-USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), concluída em 2008, e pós-graduação em economia pela mesma universidade, finalizada em 2014. Ele mora desde 2003 em Piracicaba, para onde mudou-se com o propósito de estudar e trabalhar. Solteiro e sem filhos, tem entre as atividades preferidas de lazer a caminhada e a leitura.

Quais são os principais indicadores que medem o desempenho da economia do país?

De forma geral, são o PIB (Produto Interno Bruto), que mede a riqueza produzida por um país num espaço de tempo; o inflação, indicando o que acontece com os preços de um país em determinado período de tempo, possibilitando ao agente econômico verificar seu poder de compra; o desemprego, terminando do mercado de trabalho, mostrando qual parcela da PEA (População Economicamente Ativa) está sem emprego; por fim, a taxa de juros, que afeta o nível de investimento da economia, atingindo a capacidade produtiva.

Quais os principais impactos da paralisação dos caminhoneiros na economia do Brasil?

Temos efeitos tanto para a demanda (consumidores) quanto para a oferta (produtores). A paralisação dos caminhoneiros provoca encasos. Bens cuja disponibilidade se torna menor tendem a ter um valor maior. Para os consumidores, a simples expectativa de desabastecimento provoca uma corrida ao comércio, esvaziando a oferta e, portanto, provocando pressão de alta nos preços. Já para a oferta, começam a faltar gêneros ao comércio e suprimentos para a linha de produção. Com esses dois efeitos, o nível de preços se eleva, a inflação, com redução da capacidade produtiva e de compra, afetando o PIB que já se encontra estagnado. Setorialmente, algumas indústrias sensíveis são seriamente afetadas: água e esgoto, fármacos e agropecuária, dependentes de insumos, do escoamento de produtos perecíveis ou, até mesmo, vivas, pois trabalham com estoque baixo. Ademais, as soluções do Governo, de subsidiar a redução de preços no diesel gera discussões, havendo questionamentos, de como haverá esse custeamento para a sociedade, crítica a mais gastos frente à dívida do setor público. Por fim, há efeitos no que tange ao arranjo institucional existente no país, confiabilidade e aumento da percepção de risco, provocando perdas no nível de investimento e no mercado financeiro, prejudicando ainda mais a recuperação do PIB

Quais os componentes da tributação de combustíveis do Brasil?

A Revenda de Combustíveis é legislada pela Lei 12.741/2012. Os tributos incidentes são o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), contribuição social para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide). Resultadamente, isso representa um peso de 43% sobre a gasolina, 27% sobre o diesel e 26% sobre o etanol, segundo dados da Federação Nacional da Indústria de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis).

Qual a sua opinião sobre a política de preços para combustíveis da Petrobras? Como seria um modelo ideal ou que poderia causar menos impactos no bolso do consumidor e ainda manter o equilíbrio na economia do país?

A atual política de preços propõe flexibilidade em relação ao modelo anterior. Os reajustes das cotações são baseados no mercado externo, Paridade de Poderes Internacionais (PPI), considerando margens de segurança com relação a riscos, taxa de câmbio desfavorável, logística e tributos, submetidas a revisões periódicas. Entretanto, houve apenas elevações. Com os preços mais altos, o país perde, também, na arrecadação de impostos, além da perda de competitividade. O modelo ideal só pode vir de uma solução que contige concatenar os interesses envolvidos. O pleno emprego das refinarias, que ultimamente possuem ociosidade, aproveitando as economias de escala, e por conseguinte, os preços. Ajustes na política em si, maior atenção para a taxa de câmbio e questões logísticas são recomendadas. Políticas como a de economias desenhadas, para controle das alíquotas, via liberação de reservas estratégicas em momentos de alta, elevando a oferta, podem ser adotadas. Petróleo é algo a ser observado de perto, e requer uma leitura apurada de que já ocorreu em outros países, e fazer as contas.

Em valores financeiros, quanto de prejuízo, aproximadamente, o Brasil passa a ter por conta da paralisação dos caminhoneiros?

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), prejuízo de R\$ 26,3 bilhões em negócios não realizados. Os cofres públicos deixam de arrecadar em torno de R\$ 3,86 bilhões em tributos, podendo chegar a R\$ 80 bilhões, além de R\$ 11,3 bilhões em impostos. O número de indústrias afetadas encontra-se na ordem de 60-80% e o comércio com 20-40% dos negócios. Em outras estimativas, as perdas podem superar R\$ 34 bilhões, de acordo com o Estadão.

Quanto tempo levará, em média, para o Brasil se restabelecer totalmente? Por quê?

Cada atividade econômica tem seu tempo, devido às especificidades de cada uma. Em conjunto, os setores se relacionam, havendo relações de dependência a ser consideradas na análise. O custo não se dá apenas pelo prejuízo financeiro, mas pelo tempo parado, pelas oportunidades perdidas, o novo esforço de planejamento dos agentes econômicos. Para o setor de supermercados, por exemplo, pode demorar até 15 dias, e o setor de carnes, dois meses, segundo a Associação Brasileira

de Proteína Animal (ABPA). Vale lembrar o seguinte: a economia está com a meta de recuperação e os efeitos desta paralisação se generalizam no interior dos diversos componentes do PIB, já fragilizados.

A economia de um país está totalmente ligada à política dele? O quanto estas duas áreas se relacionam? Por quê?

Existe a chamada Política Econômica. Dentro dela, estão diversos instrumentos, fiscais, monetários, cambiais, que os governos podem utilizar. Política e economia se relacionam na medida da classe política conflituando com as potencialidades econômicas, interesses sociais e conjuntura. O embate ideológico atual prova isso, por exemplo, nas discussões sobre o tamanho do Estado da Economia. Adicionalmente, as políticas podem ter efeitos de curto, médio ou longo prazo na economia.

Qual a atual dívida do Brasil? Quais medidas, na sua opinião, deveriam ser adotadas pelo governo para manter as contas da União equilibradas?

A Dívida Pública Federal (DPF), agregado ao endividamento interno e externo do Brasil, está no ordem de R\$ 3,6 trilhões em fevereiro, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda. O controle da dívida passa necessariamente pelas variáveis primárias nas contas públicas. Nesse ponto, se destacam, por um lado, o planejamento racional e o corte de gastos, levando em consideração as demandas sociais, e pelo crescimento econômico. A tributação, receita do Governo, depende do PIB. A questão social deve ser levada em consideração, afinal agrega parte dos agentes econômicos. Com relação à tributação, um alívio nas alíquotas de imposto cobradas, pode, paradoxalmente, aumentar a receita do Governo. É o que em economia chamamos de Curva de Laffer. Desse modo, figura um ponto de ótimo. A solução se dará no diálogo das várias vezes divergentes no âmbito econômico e político.

De 0 a 10, qual nota atribui à economia do Brasil atualmente? Por quê?

Atribuir nota para uma Economia em recuperação é complicado. Quanto à qualidade da recuperação, está se fazendo o possível, o que implica em deixar áreas em suspenso. Quanto à qualidade da recuperação, a nota é 7. É necessário colocar em prática ações que modifiquem estruturalmente nossa economia. E isto se realizará tempo depois. Melhorias intensas de acesso à educação de qualidade, de cultura, assim como geração e aplicação de conhecimento, são ponto chave na Indústria 4.0, tendência atual no mundo. Somando à correta atenção na infraestrutura logística, de suprimentos e do nível de investimentos, pode-se finalmente acabar com um gargalo na nossa Economia; a oferta de bens e serviços em quantidade e qualidade.

Quais suas dicas para que as empresas afetadas pela paralisação dos caminhoneiros consigam amenizar os prejuízos?

As dicas encontram-se dentro do que se denomina gestão de continuidade de negócio, envolvendo a resiliência e administração dos fluxos logísticos, financeiros e administração, e do conteúdo informacional.

O quanto a atual conjuntura do Brasil afeta no relacionamento com outros países?

Dado a representatividade do modal rodoviário, há o decumprimento de prazos tantos nas exportações como importações. Projeções da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB)



Qualitativo Carvalho

indicam perda de até US\$ 1 bilhão em exportações durante a greve. Muitas empresas, tanto do país como fora, têm sentido os efeitos. A greve dos caminhoneiros afeta a percepção dos parceiros comerciais do Brasil, assim como dos eventuais investidores. O país passa a ser questionado sobre sua potencialidade de atender às demandas do mercado externo, em termos de quantidade, qualidade, prazos e controle sobre os agentes econômicos envolvidos. O potencial investidor e o investidor já presente no país questionam viabilidade econômica dos projetos. Em suma, o risco e a consequente perda de confiança se fazem presentes nas relações econômicas internacionais.

Falta, por parte do governo federal, planejamento para manter a economia do Brasil equilibrada?

Temos desafios de curto prazo relativos à recuperação econômica e o crescimento do PIB. Este é o foco por hora. Entretanto, objetivos e projetos de médio e longo prazo podem ser melhor contemplados. Neste intuito, se encontram pesados investimentos em infraestrutura, como melhoria da área logística, melhorias em composição de modais no transporte de cargas, com destaque para as ferrovias, fornecimento de energia elétrica e a mais importante, a drástica mudança qualitativa na educação. Reformas que atendam a todas as demandas, empresariais e sociais. Enfim, o equilíbrio que deve ser perseguido e entendido está em fase de maturação e depende do bom senso e estudos sérios e imparciais.

Conforme estudo divulgado pelo IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação) no ano passado, o Brasil foi classificado, pelo sexto ano consecutivo, como o país com pior retorno de impostos à população. Qual sua avaliação disso?

É uma clara evidência de mudança de planejamento ou de rumo. A Política Fiscal deve promover um equilíbrio entre gastos e tributação, para começar. Após esse passo, direcionar os fluxos

monetários para as faixas da sociedade que são mais sensíveis, assim como para os setores com saúde, educação e infraestrutura. Concorrido com este processo, há uma discussão sobre o tamanho do Estado, avaliando se o mesmo é máximo ou mínimo. São respostas que se consolidam através de diálogos e estudos sérios e devem ser respondidos ao longo do tempo de setor a setor, de área a área da economia. É o discurso da coerência ao invés da generalização de soluções.

Após o término da paralisação dos caminhoneiros, quais são as consequências para o brasileiro no quesito preço de mercadorias?

A curto prazo, um aumento dos preços.

Quais são as influências da moeda internacional no Brasil?

A greve sugere incertezas e queda de confiança, que se estendem no panorama de efeitos sobre o desempenho da economia como um todo e nas cotas do governo. Sendo assim, o dólar tem fechado em alta no mercado cambial nos últimos dias, o que talvez possa emerar as empresas dependentes de insumos importados em ações de recuperação de curto prazo.

Quais as perspectivas com relação à economia do Brasil para os próximos seis meses?

Existem dois fatores a serem levados em consideração: a greve dos caminhoneiros e o ano eleitoral. As perspectivas de crescimento para economia brasileira (PIB) foram reduzidas tanto pela equipe do Governo quanto por especialistas. As projeções que constam no boletim Focus do Banco Central mostram um quadro menos otimista em boa parte dos Índices de Preços, ou seja, aumento (excetuando-se o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-FIPE)). A meta da Taxa Selic e o valor do dólar também têm altas. Quanto à balança comercial, há boa perspectiva, sendo que sobe a produção industrial, investimento direto, dívida líquida do setor público, há manutenção de projeções anteriores.

